

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 9, Número 2, Novembro de 2020

**De Volta ao Centro da Arena: Causas e
Consequências do Papel Político dos
Militares sob Bolsonaro**

Octavio Amorim Neto e Igor Acácio

**A persistente vulnerabilidade
da democracia liberal**

William A. Galston

**Desconfiança nos aplicativos de
mensagens na América Latina**

Noam Lupu, Mariana V. Ramírez Bustamante e Elizabeth J. Zechmeister

Por que Maduro ainda não caiu

Javier Corrales

A cartilha populista brasileira

Amy Erica Smith

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 9,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2020
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Os militares na política; as fraquezas da democracia liberal frente ao populismo e à polarização nas redes sociais; os estratagemas para se fortalecer no poder usados por Bolsonaro, em tempos de Covid-19, e por Maduro, em sete anos de crise econômica e social. Estes são os temas dos cinco artigos desta edição do *Journal of Democracy em Português*.

Em artigo inédito, o professor Octavio Amorim Neto (FGV) e o doutorando Igor Acácio analisam as implicações do recente protagonismo de militares na política brasileira. “Colocar os militares no centro da arena política significa colocar representantes de uma organização opaca e radicalmente vertical no centro de um regime político que se fundamenta justamente no oposto, isto é, na transparência e em relações horizontais. É justamente por possuírem essas duas características que o Poder Legislativo e as agremiações partidárias são as instituições basilares de uma democracia”, escrevem os cientistas políticos.

O segundo texto, de William A. Galston (Brookings Institution), explora as “vulnerabilidades” da democracia liberal frente ao populismo, como as dicotomias “racionalismo e emoção” e “elite e povo”. “A democracia liberal possui fraquezas estruturais intrínsecas que as dificuldades atuais exacerbam, mas não criam. Essas fraquezas residem no código genético da democracia (...). São uma condição a ser tratada, não uma doença a ser curada”, afirma o professor de estudos da governança.

No terceiro artigo, três pesquisadores vinculados à Universidade Vanderbilt analisam “os dois lados da moeda das redes sociais” na política latino-americana, com destaque para os recentes processos elei-

torais no Brasil, na Argentina, no México e em El Salvador. “De um lado, os usuários frequentes de redes sociais estão mais comprometidos com a diversidade política e com a política democrática, ao menos em termos de princípios abstratos. De outro, a evidência sugere que a maior exposição a afirmações falsas e a mensagens emotivas, por vezes de ódio, podem, de fato, aumentar a insatisfação com sistemas políticos e a desconfiança de instituições democráticas”, escrevem.

Maduro “herdou um regime semiautoritário e endureceu-o”. Javier Corrales (Amherst College) busca entender por que (e como) o presidente venezuelano se mantém no poder em Caracas. Entre as “ferramentas de sobrevivência autocrática”, ele cita a “fusão de funções”. “Essa tática autoritária consiste em transferir a instituições existentes a capacidade de executar uma série de funções tradicionalmente reservadas a outras instituições. Maduro levou a fusão de funções a novos patamares, como atribuir papéis econômicos às Forças Armadas, converter grupos civis organizados em criminosos e paramilitares e transformar uma assembleia constituinte eleita de maneira irregular em uma máquina política de múltiplas funções”, explica.

No último texto, Amy Erica Smith (Universidade Estadual de Iowa) analisa os possíveis efeitos da pandemia na política brasileira. “A democracia brasileira já estava doente antes de ter contraído Covid-19. A capacidade de Bolsonaro de moldar a visão de parte importante dos eleitores em questões de vida ou morte aprofunda a polarização. No longo prazo, essa tendência poderá não prejudicar as eleições democráticas, mas afetará a capacidade dos cidadãos de monitorar e responsabilizar seus representantes eleitos”, conclui a cientista política.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Covid vs. democracia

A cartilha populista brasileira

Amy Erica Smith

Amy Erica Smith é docente da Reitoria de Ciências e Humanidades e professora associada de ciência política da Universidade Estadual de Iowa. É bolsista do Andrew Carnegie Fellows pelo período 2020-22. É autora de Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God [Religião e democracia brasileira: mobilizando o povo de Deus] (2019).

Uma cena imaginada retrata parte do atual momento do Brasil. Em um cartum político do início de junho de 2020, Alberto Benett mostra o presidente Jair Bolsonaro diante de um Jesus crucificado.¹ O presidente desenhado diz ao moribundo Jesus: “Lamento, mas é o destino...”. O cartum refere-se a uma cena real de dois dias antes. Uma apoiadora, devota religiosa, perguntou a Bolsonaro o que ele diria aos “brasileiros enlutados, que são inúmeros” e que haviam perdido entes queridos para a Covid-19. Bolsonaro respondeu: “a gente lamenta todas as mortes, mas é o destino de todo mundo”.

O impacto humano da Covid-19 no Brasil é impressionante. No início de setembro, o país contabilizava mais de quatro milhões de casos confirmados e mais de 125 mil mortes pelo vírus — colocando-o em terceiro e segundo lugar no ranking mundial dos respectivos indi-

*Publicado originalmente como “Brazil’s Populist Playbook”, *Journal of Democracy* Volume 31, Number 4 October 2020 © 2020 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

cadores, e na sexta posição em mortes por milhão de habitantes. Desde o fim de junho, o Brasil vem liderando o mundo em novos casos per capita. Quando acontecerem as eleições municipais, em novembro de 2020, é possível que a democracia brasileira tenha perdido um a cada mil eleitores para a doença.

A região amazônica foi uma das mais afetadas. Em abril e maio, a rede de saúde pública de Manaus (2,7 milhões de habitantes), a maior cidade da região, entrou em colapso. Unidades de tratamento intensivo lotadas e cemitérios repletos de covas recém-abertas. O vírus também afetou gravemente reservas indígenas, onde serviços de saúde são mais escassos e “invasores” locais envolvidos em desmatamento ou mineração ilegal espalham a doença. Além disso, economistas projetam que o PIB do país retrairá cerca de 10% em 2020, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em junho que menos da metade dos adultos na força de trabalho estavam empregados.²

A inação do Executivo é considerada uma das grandes responsáveis pela gravidade da crise. Jornalistas compilaram listas crescentes de declarações evidenciando a falta de preocupação de Bolsonaro com o vírus e suas vítimas, bem como sua recusa em assumir a responsabilidade por suas ações. No fim de abril, Bolsonaro comentou notícias sobre o aumento do número de mortes perguntando: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”³ No fim de julho, disse a um grupo de apoiadores: “Infelizmente, acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta!”. No início de agosto, quando o Brasil se aproximava da marca de cem mil mortes, Bolsonaro ponderou durante *live* semanal: “Vamos tocar a vida e buscar uma maneira de se safar desse problema”.

Apesar das consequências humanas trágicas e incomensuráveis da Covid-19 no Brasil, a doença está provocando um impacto mais am-

bíquo na saúde da democracia do país. A democracia brasileira já estava doente antes de ter contraído Covid-19. Avaliar o impacto do novo coronavírus exige imaginar um contrafactual, uma linha do tempo sem a doença, com a qual comparar o atual status e prognóstico do Brasil. Tanto na realidade quanto em seu contrafactual o presidente é o Bolsonaro, um populista autoritário de direita que defende abertamente intervenções militares na política democrática. Em ambos os casos, a democracia brasileira está sob ameaça, mas as perspectivas de sua sobrevivência poderiam, em última análise, ser melhores com a Covid-19. Se a pandemia for uma provação, a democracia brasileira poderá emergir frágil, mas intacta.

Ao evidenciar as fraquezas de Bolsonaro, a pandemia parece ter favorecido um movimento de resistência por parte de outros representantes eleitos. Em meio a crescentes temores de intervenção militar na política, a pandemia pode ter inibido as fações militares mais ardentemente pró-Bolsonaro. Mas o ponto não é simplesmente que a incapacidade de Bolsonaro de conter o coronavírus fortalece o sistema de freios e contrapesos. Os acontecimentos dos últimos meses parecem ter revelado que algumas das ameaças de Bolsonaro eram vazias: as oportunidades de golpe ou outra forma de intervenção militar passaram sem incidentes. À luz desses não acontecimentos, o golpismo de Bolsonaro — ou seja, seu apoio ideológico aberto à intervenção

A democracia brasileira já estava doente antes de ter contraído Covid-19. A capacidade de Bolsonaro de moldar a visão de parte importante dos eleitores em questões de vida ou morte aprofunda a polarização. No longo prazo, essa tendência poderá não prejudicar as eleições democráticas, mas afetará a capacidade dos cidadãos de monitorar e responsabilizar seus representantes eleitos.

militar — parece cada vez mais ser apenas jogo de cena, uma ameaça que ele faz como aceno a parte de sua base e intimidação da oposição.

Isso não quer dizer que a resposta de Bolsonaro à pandemia não traga riscos para a democracia. Em vez de repressão autoritária, Bolsonaro escolheu uma estratégia mediada que acentua a polarização política e a “guerra cultural” nas redes sociais. Seus objetivos são controlar a informação e promover uma narrativa alternativa da pandemia. Sua defesa veemente da hidroxicloroquina — um remédio contra a malária inicialmente visto como uma promessa no combate aos sintomas da Covid-19 — é um bom exemplo dessa estratégia.⁴ O objetivo de sua gestão ao promover o remédio não parece ser melhorar a saúde pública, mas encorajar os cidadãos a associar suas lealdades afetivas e identidades políticas ao processamento de informações, transformando o julgamento de fatos em questão de intuições e desejos subjetivos. Embora essa estratégia seja muito anterior à Covid-19, a habilidade de Bolsonaro de moldar algumas das visões dos eleitores mesmo em questões de vida ou morte aprofunda a polarização. No longo prazo, essa tendência poderá não prejudicar as eleições democráticas, mas afetará a capacidade dos cidadãos de monitorar e responsabilizar seus representantes eleitos.

O “antes”: criando as condições para a Covid-19

Os primeiros anos de Jair Bolsonaro ajudam a entender o que vem depois. Com nove anos de idade quando ocorreu o golpe de 1964, ele cresceu durante o período mais repressivo do regime militar. Como adolescente, no início dos anos 1970, ele alega ter ajudado soldados a caçar o insurgente comunista Carlos Lamarca na mata em torno de sua pequena cidade no Estado de São Paulo.⁵ Tornou-se um cadete aos 17 anos e, em 1977, formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras.

Na década seguinte ele alcançaria o posto de capitão, servindo em grupos de artilharia e paraquedismo. Sua carreira não foi discreta. Em 1983, seus superiores o descreveram como “agressivo”, “imaturo” e com “excessiva ambição”.⁶ Após a transição democrática do Brasil em 1985, seus problemas no Exército se intensificaram. Em setembro de 1986, Bolsonaro publicou na revista *Veja* uma carta na qual defendia oficiais condenados por insubordinação e reclamava dos baixos salários dos militares. Repreendido, passou quinze dias em uma cela militar.

Onze meses depois, esteve novamente nas manchetes quando uma jornalista da mesma revista relatou um plano de Bolsonaro e um colega de detonar bombas nos banheiros de uma base militar — simplesmente para assustar o ministro do Exército durante negociações salariais, disse ele, e não para machucar alguém. Em seu julgamento em um tribunal militar, Bolsonaro alegou que não era sua letra que constava nos planos desse atentado. A repórter da *Veja*, disse ele, havia mentido. Centenas de companheiros de Bolsonaro enviaram telegramas e cartas em seu apoio. O Superior Tribunal Militar reverteu as condenações pelos atos de indisciplina, exigindo tacitamente que ele deixasse a ativa. Décadas mais tarde, jornalistas concluíram que a corte havia fabricado a prova de uma análise grafológica para absolvê-lo.⁷ Capitão aposentado com boa reputação, em novembro de 1988 Bolsonaro elegeu-se vereador pelo Rio de Janeiro.

Diversos temas emergem dessas histórias mais remotas. O mais óbvio deles é a lealdade de longa data de Bolsonaro aos militares, complicada por sua impulsividade e insubordinação. Ele era leal à ideia da instituição e aos homens que queria liderar, mas desobediente à hierarquia e à autoridade. Curiosamente, no entanto, sua rebelião era performática: ele nunca quis levá-la a cabo e só se tornou conhecida por coisas que ele e outros escreveram. Ele quis mesmo detonar uma bomba? A resposta, quase certamente, ninguém nunca saberá ao certo.

No entanto, sua quicá simbólica rebelião ajudou-o a construir uma base política e limitar as consequências de suas ações. No processo, julgamentos de fatos tornaram-se testes de lealdade, exigindo o que psicólogos chamam de “raciocínio motivado”. Eventos que aconteceram mais de três décadas depois ecoam esses temas.

Uma avaliação do impacto da Covid-19 na democracia brasileira também exige compreender a crise prolongada que antecedeu a chegada de Bolsonaro à presidência. De 2013 a 2016, a presidente Dilma Rousseff enfrentou uma série de desafios cada vez mais intensos. Entre eles, protestos de alcance nacional contra o aumento das passagens de ônibus e o gasto nas obras da Copa do Mundo de 2014, bem como os escândalos de corrupção trazidos à tona pela operação Lava Jato. A crise culminou com o impeachment de Dilma em agosto de 2016, aparentemente por má gestão fiscal. No entanto, acreditava-se que as acusações mascaravam as verdadeiras queixas do povo e das elites.⁸ O descontentamento era fruto da corrupção generalizada, uma grave recessão e o crescimento da oposição ao PT, partido de centro-esquerda de Dilma. Alguns membros da elite também podem ter se oposto a Dilma acreditando que seu impeachment impediria investigações sobre seus próprios crimes.

Dilma foi substituída por seu vice-presidente, Michel Temer, líder de um partido que chegou a fazer parte da coalizão do PT, mas que se tornou seu rival e, de fato, um dos orquestradores do impeachment. No primeiro ano de Temer, surgiram gravações implicando-o em um grande esquema de corrupção. Para conseguir os votos para pôr fim ao julgamento desse crime, ele abriu as torneiras fiscais, transferindo o controle sobre gastos clientelistas a seus antigos colegas do Congresso. A manobra poupou seu mandato, mas fez dele um presidente extremamente impopular. Em 2018, sua aprovação era de apenas um dígito.

Embora os primeiros estudos sobre a “terceira onda” das democracias na América Latina lamentassem a falta de *accountability* hori-

zontal (ou seja, entre os membros da elite),⁹ o impeachment tornou-se uma ferramenta normal, fortalecendo não apenas a *accountability* horizontal como a vertical (de representantes eleitos perante a população).¹⁰ Já argumentei anteriormente que os excessos do Legislativo no impeachment de Dilma constituiriam um impeachment “do tipo I” ou “falso positivo”. Esses “erros” representam um risco relativamente pequeno à democracia.¹¹ Em contraste, a não investigação criminal e julgamento de Temer podem representar um “falso negativo”. Esses erros “do tipo II” colocam a democracia em perigo porque impedem a *accountability*, fortalecendo os presidentes diante do Legislativo. Ademais, a ocorrência desses dois erros em sequência pode ter ferido a *accountability* democrática de uma maneira que os tornam coletivamente piores do que a soma das partes. Consequentemente, nas eleições presidenciais de 2018, a democracia brasileira estava em perigo.

Diante desse pano de fundo, a vitória de Bolsonaro em outubro de 2018, em uma eleição livre e justa, ajudou a renovar a legitimidade do sistema democrático. Há evidências de que a vitória de Bolsonaro tenha impulsionado o comprometimento com a democracia tanto de seus apoiadores como de seus opositores.¹² Sua eleição representava uma vitória da direita na guerra cultural brasileira, que era travada em igrejas, nas ruas e nas redes sociais desde meados dos anos 2000.¹³ Muitos grupos sociais contribuíram para a vitória de Bolsonaro, incluindo os eleitores brancos, ricos e conservadores.¹⁴ Dois palcos dessa batalha, no entanto, eram particularmente importantes: as igrejas e as redes sociais. Se uma carta aos editores de uma revista havia tornado Bolsonaro nacionalmente conhecido em 1986, YouTube, WhatsApp, Twitter e Facebook foram os meios pelos quais ele alcançou eleitores em 2018. Igrejas evangélicas também foram um dos pilares da coalizão bolsonarista.¹⁵ José Eustáquio Diniz Alves estima que, sem o voto evangélico, Bolsonaro teria perdido a eleição por uma pequena margem.¹⁶

Apesar do estímulo das eleições para a legitimidade democrática, a vitória de Bolsonaro foi amplamente vista como uma ameaça à democracia. A edição em português de *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, entrou para a lista dos livros mais vendidos do Brasil durante a campanha eleitoral.¹⁷ Analistas políticos, incluindo o próprio Levitsky em entrevistas, aplicaram o teste proposto pelo livro em Bolsonaro. Tal como Donald Trump dois anos antes, o candidato Jair Bolsonaro preencheu facilmente os quatro quesitos para identificar um líder autoritário em potencial: fraco comprometimento com as regras do jogo democrático; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; e prontidão para reduzir as liberdades civis dos oponentes. A longa carreira de Bolsonaro fornecia vários exemplos de sua nostalgia pelos tempos da ditadura, seu apoio à tortura, sua intolerância a opositores de esquerda e suas visões retrógradas sobre gênero e raça. Pesquisas indicam que o golpismo de Bolsonaro atraía brasileiros que expressavam apoio fraco e condicional à democracia e polarizava ainda mais as atitudes de eleitores.¹⁸

Quando um autoritário em potencial ganha uma eleição, argumentam Levitsky e Ziblatt, a sobrevivência da democracia depende das reações de outros atores do sistema político, de cidadãos comuns, sociedade civil e clero até membros do Legislativo e do Judiciário.¹⁹ Se uma massa crítica fizer afagos ou encorajar o líder autoritário, o potencial de afastamento da democracia em direção ao autoritarismo é alto. Mas se, em vez disso, a massa crítica impedir as manobras antidemocráticas, pode levar o regime de volta a um status quo democrático. Nesse cabo de guerra, outros atores precisam entender que o líder autoritário irá continuar a puxar seu lado da corda de tempos em tempos. Consequentemente, os autoritários em potencial ameaçam a democracia mesmo quando o sistema político resiste a eles. O equilíbrio de forças exige vigilância e resistência.

A mudança para o Palácio da Alvorada em 1º de janeiro de 2019 não foi capaz de moderar os impulsos autoritários de Bolsonaro, mas ele se mostrou um presidente fraco pelos padrões tradicionais. Em seus primeiros meses, um escândalo de corrupção tomou conta de seu Partido Social Liberal, ao qual ele e seus três filhos políticos haviam se filiado para disputar as eleições de 2018. Quando a família não conseguiu assumir a liderança do partido, o presidente e seu filho Flávio Bolsonaro deixaram o partido. Jair Bolsonaro inicialmente planejava criar seu próprio partido, mas, até o momento do fechamento deste artigo, em setembro de 2020, Bolsonaro continuava sem partido. O novo presidente também foi incapaz de formar uma coalizão legislativa em torno de sua agenda. Por um golpe de sorte, um item importante na agenda do Bolsonaro, a reforma da Previdência, conseguiu ser aprovada graças à eficiência de Rodrigo Maia, o político de centro-direita que, desde 2016, ocupa a presidência da Câmara dos Deputados. Bolsonaro forneceu pouco apoio ao empenho de Maia.

Em contraste com a aparente falta de interesse na política tradicional, Bolsonaro investiu uma energia considerável em manter uma coalizão populista frouxa incluindo militares, youtubers de extrema-direita, pastores pentecostais e um grupo fracamente organizado de cidadãos — alguns dos quais costumam acampar perto do palácio presidencial em Brasília. Inicialmente, Bolsonaro equilibrou as nomeações em seu gabinete entre vários grupos, mas, com o tempo, passou a depender cada vez mais de indicações dos militares (alguns aposentados e outros da ativa). Na guerra cultural de Bolsonaro, termos como “democracia”, “golpe” e “fascismo” tornaram-se um teste de Rorschach, expressões que absorvem o significado dado por seu locutor. Sob o PT (2002-16), a visão da democracia passou a incluir justiça econômica e participação popular. Sob Bolsonaro, incorporou o envolvimento dos militares na política.

Governando com a “gripezinha”

O Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso de Covid-19 em 25 de fevereiro de 2020. À época, seria de se esperar que o sistema de saúde respondesse com competência excepcionalmente alta. A Constituição democrática brasileira de 1988 havia estabelecido o direito universal à saúde e, nas décadas seguintes, o Brasil havia construído o Sistema Universal de Saúde (SUS). A saúde pública e os sistemas de seguridade social do Brasil haviam ganho renome internacional por suas respostas efetivas a uma ampla gama de crises de saúde pública como a AIDS, a dengue e a desnutrição infantil. De fato, nos primeiros dias da pandemia, o Ministério da Saúde parecia ter entrado em ação novamente.

A liderança de Bolsonaro, entretanto, havia precipitado um tipo peculiar de crise de governança. Em algo que David Pozen e Kim Lane Scheppele apelidaram de “carências do Executivo” (em contraste com “excessos do Executivo”, quando o presidente excede os limites legais às atribuições de seu cargo), Bolsonaro recusou-se a apoiar *lockdowns* ou o uso de máscaras.²⁰ Além disso, assumiu uma posição abertamente hostil em relação aos governadores que haviam implementado medidas de isolamento social, convocando seus apoiadores a realizarem protestos e à desobediência civil.

Bolsonaro tratou a pandemia menos como uma crise de saúde pública e mais como um desafio de relações públicas. Javier Corrales e Phillip Corbo classificam a abordagem do governo como “fantasiosa”, uma vez que “a resposta tem sido impedida e distorcida pela negação parcial ou total dos fatos [...] e engajamento em teorias da conspiração”.²¹ No início de junho, Bolsonaro ordenou que o Ministério da Saúde parasse de divulgar o número total de casos e que reclassificasse as mortes envolvendo comorbidades — uma decisão revertida pelo Legislativo dois dias depois, quando anunciou que uma comissão do Congresso iria assumir a gestão das estatísticas da Covid-19. Ao mes-

mo tempo, Bolsonaro promoveu remédios sem comprovação científica como a hidroxicloroquina. Ao analisar as coletivas de imprensa de Donald Trump, Sarah Parkinson chamou essa tática de “política do ‘como se’”: focar a atenção dos cidadãos em fatos falsos que precisam ser refutados ou aceitos é um ato de dominação política que desorganiza outras agendas.²²

As posições controversas de Bolsonaro chegavam até suas escolhas pessoais. No fim de março, ele afirmou que “pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus [...] nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho”. Apesar de sua bravata, em meados de maio repórteres revelaram que Bolsonaro estava realizando testes da doença em um hospital militar usando pseudônimos. Bolsonaro era frequentemente visto pela cidade de Brasília sem máscara — fazendo pouco caso daqueles que a usavam usando expressões homofóbicas — até que um juiz decidiu que ele poderia ser multado pelo descumprimento de regras de saúde impostas pelo Governo do Distrito Federal.²³ Ainda assim, Bolsonaro continuava a desafiar as regras de distanciamento social. Não foi surpresa, portanto, quando ele foi diagnosticado com Covid-19 em meados de julho, enquanto sua esposa, Michelle Bolsonaro, pegou a doença no início de agosto. O presidente Bolsonaro atribuiu seu quadro leve à prática de tomar hidroxicloroquina.

Ao longo da pandemia, Bolsonaro teve atritos com o Congresso, com os tribunais e com as burocracias do Poder Executivo, que moderavam suas decisões. No início de abril, o cientista político Fernando Limongi observou em uma entrevista que Bolsonaro se comportava como “um membro da oposição de seu próprio governo”.²⁴ Algo emblemático da turbulência interna de seu governo foram as trocas da cúpula do Ministério da Saúde. Nos primeiros meses da pandemia, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, uma indicação técnica de Bolsonaro, tornou-se uma figura popular na televisão por sua dispo-

sição em apoiar recomendações de saúde pública em franca oposição a Bolsonaro. Em meados de março, enquanto Bolsonaro criticava em público o vírus como uma ameaça exagerada, Mandetta e o ministro da Justiça Sérgio Moro emitiram um decreto permitindo a policiais prenderem pessoas que violassem medidas sanitárias. Em 16 de abril, Bolsonaro substituiu Mandetta pelo oncologista Nelson Teich, que pediu exoneração após quatro semanas por discordâncias com o presidente. Desde o fim de maio, a posição é ocupada por um interino, Eduardo Pazuello*. General do Exército Brasileiro, provou-se mais disposto a seguir a linha de Bolsonaro. Entre as primeiras medidas adotadas por Pazuello estava a revogação do decreto de Mandetta e Moro.

O Congresso e os tribunais também demonstraram oposição a Bolsonaro, como mostrou a decisão do Congresso de administrar os controversos dados sobre a Covid-19. Em meados de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os estados tinham autonomia para determinar suas próprias medidas de saúde pública. Em uma decisão inicialmente deferida como medida cautelar e posteriormente apreciada de maneira definitiva pelo colegiado, o STF também ordenou que Bolsonaro aperfeiçoasse as proteções aos territórios indígenas — embora, pelo menos até o momento de fechamento deste artigo, ele não houvesse cumprido as determinações da corte.

A resistência institucional precisa ser compreendida dentro de um contexto mais amplo não relacionado à pandemia. A gestão Bolsonaro enfrenta outra crise desde março. Várias investigações policiais de longa data sobre Bolsonaro, seus filhos e sua esposa parecem ter avançado substancialmente nos últimos meses. Os investigadores parecem focar em ao menos três diferentes esquemas de corrupção: um acordo para desviar recursos dos salários de assessores de gabinete da

* Em 16 de setembro, o General Eduardo Pazuello foi efetivado como ministro da Saúde.

Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (a “rachadinha”); um suposto acordo para financiar o envio em massa de mensagens de campanha via WhatsApp em 2018; e um “gabinete do ódio” que supostamente apoia Bolsonaro atacando seus oponentes pela internet. No fim de abril, o ministro da Justiça Sérgio Moro pediu exoneração ao vivo pela CNN Brasil após um discurso acusando Bolsonaro de interferência em investigações policiais. Naquele momento, no início de junho, o ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, teve que pedir exoneração após imagens divulgadas de uma reunião interministerial na qual ele pedia a prisão de ministros do STF. Todas essas crises enfraqueceram Bolsonaro em relação aos demais poderes.

Juan Linz argumentou que o conflito entre poderes, inerente ao presidencialismo, representa uma ameaça à democracia.²⁵ Dúvidas antigas sobre o comprometimento de Bolsonaro para com a democracia chegaram a um nível crítico nos últimos meses, quando Bolsonaro repetidas vezes incitou e até mesmo participou de protestos pedindo o fechamento do Congresso e do STF. Entre maio e junho, Bolsonaro e vários generais do Exército de seu gabinete começaram a defender de maneira mais assertiva o fechamento do STF. Preocupados com a base constitucional para isso, os generais focaram no artigo 142. Como o resto da lei máxima do país, o artigo data de apenas três anos após o fim da ditadura militar que durou 21 anos. Esse artigo estabelece que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. De acordo com uma interpretação que circulava entre oficiais da reserva, esse texto conferia aos militares um “poder moderador” para intervir em disputas entre poderes. No entanto, oficiais de alta patente da ativa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica rejeitam essa interpretação, assim como o STF e as demais cortes, de maneira geral.

Portanto, o emaranhado de crises enfrentadas por Bolsonaro deu origem a temores de novo golpe, após um longo período durante o

qual pesquisadores consideravam que os governos civis do Brasil haviam assegurado pleno controle sobre os militares.²⁶ Os generais do gabinete de Bolsonaro parecem convencidos que a intervenção possa ser necessária. Na edição de agosto da revista *piauí*, Monica Gugliano descreve a decisão de Bolsonaro de 22 de maio de 2020 de enviar seus generais ao prédio do STF para destituir e substituir seus onze juízes.²⁷ Segundo a reportagem de Gugliano, os generais Luiz Eduardo Ramos e Walter Braga Netto apoiavam o plano. O general aposentado Augusto Heleno, no entanto, tinha uma opinião diferente. Ele convenceu Bolsonaro a recuar. O general (que é o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência) então assinou uma nota alertando sobre “consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional” se o STF emitisse uma ordem de apreensão do celular de Bolsonaro (o pedido de apreensão foi posteriormente arquivado, mas não sem um alerta sobre as consequências de se ignorar um mandado judicial).

Ainda assim, não está claro quão sérias são as ameaças. Gugliano lembra que os militares da ativa não parecem interessados em participar das batalhas de Bolsonaro. Embora Bolsonaro tenha redobrado a campanha de informações falsas sobre a Covid-19, os líderes militares “com tropas e poder” estão mobilizados para o combate à pandemia, evitando a política da “guerra cultural”.²⁸ Generais portando armas de fogo provavelmente teriam sido capazes de destituir temporariamente juízes, mas não se sabe ainda se os generais do gabinete de Bolsonaro teriam sido capazes de remover permanentemente os ministros do STF, ao menos sem correr grave risco de punição. Uma interpretação da hesitação do general Heleno é que ele temia que o plano fracassasse e os oficiais envolvidos caíssem em descrédito. É mais seguro empunhar espadas que usá-las. Mais uma vez, o golpismo pode ser performático.

As interações de Bolsonaro com o Congresso foram menos dramáticas. Rodrigo Maia nunca foi aliado de Bolsonaro, mas permane-

ceu na coalizão governista de Bolsonaro durante os quinze primeiros meses. Após as recentes crises, Maia deixou a coalizão, formando um amplo bloco parlamentar de partidos de centro-direita que não se identifica nem com o governo nem com a oposição. Ainda assim, Maia continua resistindo a aceitar pedidos de impeachment de Bolsonaro, e inúmeros analistas o criticam por ser dócil demais com o presidente.²⁹ Além disso, há preocupações de que o foco do Congresso nas políticas do Executivo de enfrentamento à Covid-19 faça com que o Legislativo deixe de fiscalizar outras áreas, como a proteção da Amazônia. Por exemplo, imagens da reunião interministerial de abril mostraram o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sugerindo que a emergência sanitária oferecia uma boa oportunidade para aprovar mudanças que enfraqueciam normas ambientais.

Como a linha do tempo infectada pelo coronavírus se compara a seu contrafactual — um mundo sem Covid-19 mas com um presidente Bolsonaro sob investigação criminal? Suspeito que, na linha do tempo alternativa, a democracia estaria sob um risco ainda maior. Ao expor as fraquezas de governança de Bolsonaro e forçar representantes a se opor à sua agenda de saúde pública, a provação da pandemia pode ter fortalecido a democracia contra alguns dos ataques de Bolsonaro.

Impactos na sociedade civil e no eleitorado

Os desafios da pandemia também podem estar contribuindo para o fortalecimento de parte da sociedade civil brasileira. Sem apoio governamental efetivo, grupos locais em comunidades pobres tiveram que desenvolver redes de auxílio mútuo e regras informais sobre máscaras e isolamento social. A imprensa registrou um florescimento desse tipo de atividade entre associações de bairro, movimentos sociais, igrejas e até mesmo gangues.³⁰ Embora seja um erro romantizar instituições comunitárias que se desenvolveram por necessidade diante da negli-

gência de governos, tais movimentos podem servir de apoio a uma forma de democracia local, participativa e não oficial.³¹ Além de auxílio mútuo, a sociedade civil organizada obteve uma grande e inesperada vitória no início da pandemia. Uma coalizão de 163 organizações pressionou e conseguiu fazer com que fosse criado um programa de auxílio emergencial do governo federal no valor de 600 reais por mês para trabalhadores informais e pessoas desempregadas de baixa renda. Essa frágil conquista estava programada para terminar em agosto, mas foi estendida até o fim de dezembro pela metade do valor original. A mesma coalizão agora passou a pressionar por uma renda básica permanente.

Na sociedade “não civil”, os apoiadores de Bolsonaro passaram a imitar seu presidente ao tratar do vírus como um problema de relações públicas. Tomar hidroxiquina tornou-se um símbolo de status intragrupo e de identidade política,³² assim como o comportamento vitriólico online e offline diante de jornalistas, organizações da sociedade civil e cidadãos comuns que criticam Bolsonaro ou publicam informações das quais ele discorda. Em junho, um apoiador de Bolsonaro depredou um memorial em homenagem a quarenta mil vítimas da Covid-19 nas areias de uma praia do Rio de Janeiro. Quando, em 15 de julho, o youtuber Felipe Neto publicou no site do *New York Times* um vídeo chamando Bolsonaro de “pior presidente do mundo na pandemia”, ele tornou-se alvo de uma campanha bolsonarista de difamação que inventava tuítes pedófilos que ele teria publicado.³³ E o guru youtuber pró-Bolsonaro Olavo de Carvalho chamou de “comunistas” e “satanistas” bispos católicos que condenavam o “genocídio” do povo indígena.³⁴

O que a Covid-19 representará nas eleições ainda será conhecido. Por um lado, Rodrigo Maia parece apostar que os fracassos de Bolsonaro criaram um espaço para uma “terceira via” centrista — uma postura ecoada por um grande grupo de bispos católicos que recen-

temente divulgaram uma “Carta ao Povo de Deus” anti-Bolsonaro. A base evangélica de Bolsonaro também pode estar vulnerável. Bolsonaro atraiu evangélicos em grande medida por meio de seu posicionamento conservador sobre a política LGBT+, mas esses eleitores nunca apoiaram de maneira fervorosa bandeiras de Bolsonaro como o direito de portar armas de fogo.³⁵ A aparente indiferença de Bolsonaro em relação aos custos humanos da Covid-19 pode alienar tanto os católicos quanto os evangélicos.

Não obstante, outros sinais do eleitorado são mais encorajadores para Bolsonaro. Surpreendentemente, a pandemia não deteriorou de maneira substancial o apoio ao presidente, e sua taxa de aprovação até mesmo aumentou recentemente. Pesquisas recentes sugerem que ele pode até mesmo vencer a eleição de 2022, embora ainda esteja muito longe. Parece haver duas causas principais para a surpreendente resiliência de Bolsonaro frente a opinião pública. Primeiro, como a cientista política e congressista Tabata Amaral argumenta, a abordagem polarizadora e ridícula de Bolsonaro em relação à saúde pública ajudou o presidente ao distrair os cidadãos de seus outros escândalos.³⁶ De fato, os comentários do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sugerem que a pandemia ofereceu a oportunidade de adotar políticas que seriam ainda mais impopulares do que a posição de Bolsonaro sobre o coronavírus. O foco da imprensa e da elite na Covid-19 em detrimento de outros escândalos pode beneficiar particularmente Bolsonaro porque pesquisas recentes indicam que os cidadãos estão cada vez mais convencidos pela insistência de Bolsonaro de que ele não tinha como prevenir as mortes ocorridas.

Segundo, e talvez mais importante, o auxílio emergencial que o governo vem distribuindo em resposta à crise da Covid-19 parece estar impulsionando a popularidade de Bolsonaro entre os eleitores de baixa renda. Vendo uma oportunidade de construir uma base de apoio duradoura entre esses eleitores, Bolsonaro agora está focado em

tornar permanentes os programas sociais inicialmente criados para atender uma emergência temporária. Ironicamente, esses programas representam uma página da cartilha do antecessor de Bolsonaro (que ele odeia), Luiz Inácio Lula da Silva, que foi presidente entre 2003 e 2010.³⁷ Ainda assim, Bolsonaro enfrentará relutância da comunidade empresarial e de seu ministro da Economia, Paulo Guedes.

Um Bolsonaro linha dura?

Uma fotografia tirada em outro país latino-americano no fim de abril oferece outra perspectiva sobre as “carências” de Bolsonaro: a foto mostra detentos algemados e com a cabeça raspada em El Salvador, enfileirados e amontoados numa cena que lembra os mercados de escravos do século 16. No início de abril, os tuítes do presidente populista de direita Nayib Bukele sobre sua repressão a gangues nas prisões chocaram o mundo. Bukele respondeu à crise da Covid-19 de maneiras previsivelmente autoritárias. Os militares patrulhavam as ruas para garantir *lockdowns*, encaminhando violadores a “centros de contenção” que pareciam ter sido criados para punir dissidentes, mas que provavelmente ajudaram a espalhar a doença. Embora sua campanha contra os detentos fosse, à primeira vista, apenas tangencialmente relacionada à pandemia, Bukele tirou vantagem de um momento de liberdade de ação atípica e limitada mobilização da sociedade civil para reafirmar seu domínio.

É importante salientar que Bolsonaro não fez o mesmo. As primeiras semanas da pandemia ofereceram uma oportunidade incomum para líderes manterem cidadãos em casa, e até mesmo governantes não autoritários receberam elogios por limitar o direito a reunião de maneiras que renderiam críticas em tempos comuns. Naquele início de grande incerteza, Bolsonaro também poderia ter convencido generais da ativa a militarizar a resposta à Covid-19. Além disso, embora a taxa de homicídio do Brasil seja menos da metade da taxa de El Salvador,

o país também enfrenta desafios similares de segurança pública. Bolsonaro poderia ter tentado tirar vantagem da crise para aumentar a repressão a gangues da mesma maneira que Bukele o fez.

Em vez disso, Bolsonaro insistiu em *não* forçar os cidadãos a ficar em casa, temendo o impacto de uma recessão econômica em suas perspectivas eleitorais. Em vez de defender que soldados patrulhassem as ruas, os guerreiros culturais da Internet alegavam que o coronavírus era apenas uma farsa criada para prejudicar o presidente. Em vez de prender manifestantes que violavam as quarentenas, Bolsonaro elogiava-os e se misturava a eles. Embora a repressão militar e da polícia em comunidades de baixa renda tenha persistido, ela não se intensificou. Resumindo, Bolsonaro influenciou as percepções do coronavírus para fins aparentemente eleitorais e não para aumentar o controle sobre a população.

Quando apareceram notícias no início de agosto de 2020 de que o Brasil havia perdido cem mil vidas para o novo coronavírus, o presidente ficou calado, sem expressar pesar nem assumir responsabilidade. Em perspectiva comparada, entretanto, parece claro que parte dessas mortes se deve a sua estratégia frouxa e conflituosa de saúde pública. Mas, apesar desse impacto humano trágico, as consequências da emergência da Covid-19 para a democracia no Brasil são pouco claras. Se as falhas de governança encorajaram outras elites a se distanciarem de Bolsonaro, sua defesa da intervenção militar repetidas vezes não resultou em nenhuma ação concreta. Nesse contexto, a conversa de golpe de Bolsonaro parece cada vez mais um “show” e não um “plano”. O caso brasileiro dá pistas de que a pandemia pode ser mais prejudicial à democracia quando populistas autoritários cometem “excessos do Executivo” ou assumem uma posição linha dura, como o que vemos na Índia, Hungria e El Salvador.

Nada disso significa que a Covid-19 de alguma forma “curou” a democracia brasileira — longe disso. A democracia do Brasil perma-

nece sob sério risco. Um conjunto de ameaças diz respeito a mecanismos democráticos para constranger e monitorar o Executivo. Ao tratar o coronavírus como um problema de relações públicas, Bolsonaro estimulou a polarização da sociedade, enviou o processamento de informações e ativou o “raciocínio motivado” até mesmo para questões de vida ou morte. Em última análise, esses processos enviados poderiam inibir a *accountability* horizontal. Além disso, a história da última década sugere que o impeachment está longe de ser um mecanismo direto para garantir a *accountability* vertical. Em resumo, embora golpes tenham se tornado menos prováveis e a pandemia não tenha ferido o processo eleitoral, a Covid-19 pode erodir a qualidade da democracia.

Também é importante mencionar que a ausência da intervenção militar até o momento não significa que os militares *nunca* intervirão. A abertura evidente de Bolsonaro a esse tipo de intervenção será uma ameaça constante. Embora sinais apontem para uma probabilidade cada vez menor de que os militares agirão para destituir juízes ou legisladores, os generais do gabinete de Bolsonaro continuarão a empunhar suas espadas — e poderão decidir usá-las algum dia. Essa incerteza será uma fonte de ansiedade pelo resto da presidência de Bolsonaro, uma fonte de incertezas que corroeu e continuará a corroer a *accountability*.

Notas

1. Ver o cartum de Alberto Benett na *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1668249644026185-charges-junho-2020>>.

2. Paula Bezerra, “Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não têm trabalho, diz IBGE”. *CNN Brasil*, 30 jun. 2020. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/business/2020/06/30/pela-primeira-vez-mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-trabalho-diz-ibge>.

3. Alex Tajra; Lucas Borges Teixeira, “Coronavírus: ‘Tem medo do quê? Enfrenta’: Lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia”. *UOL*, 8 ago. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm>>. A citação completa inclui uma piada sobre seu nome do meio, Messias: “Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

4. Alexandre B. Cavalcanti et al., “Hydroxychloroquine with or without Azithromycin in Mild-to-Moderate Covid-19”. *New England Journal of Medicine*, v. 383 (23 jul. 2020 [corrigido em 10 set. 2020]). Disponível em: <www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2019014>.

5. Bruno Abbud; Cleide Carvalho, “Como foram os anos de formação de Bolsonaro em Eldorado-Xiririca, no interior de São Paulo”. *Época*, 27 jul. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/como-foram-os-anos-de-formacao-de-bolsonaro-em-eldorado-xiririca-no-interior-de-sao-paulo-22921520>>. Essa história é contestada e, no mínimo, Bolsonaro parece ter exagerado seu papel. Ver Plínio Fraga, “Bolsonaro é o ‘moleque sabido’ que ajudou na captura de Lamarca?”. *Época*, 11 ago. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/bolsonaro-o-moleque-sabido-que-ajudou-na-captura-de-lamarca-22971054>>.

6. Rubens Valente, “Bolsonaro era agressivo e tinha ‘excessiva ambição,’ diz ficha militar”. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 2017. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>.

7. Luiz Maklouf Carvalho, *O cadete e o capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.

8. Frances Hagopian, “Brazil’s Accountability Paradox”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, jul. 2016, pp. 119-28.

9. Guillermo O’Donnell, “Horizontal Accountability in New Democracies”. *Journal of Democracy*, v. 9, n. 3, jul. 1998, pp. 112-26.

10. Kathryn Hochstetler, “The Fates of Presidents in Post-Transition Latin America: From Democratic Breakdown to Impeachment to Presidential Breakdown”. *Journal of Politics in Latin America*, v. 3, n. 1, 2011, pp. 125-41; Leiv Marsteintredet; Mariana Llanos; Detlef Nolte, “Paraguay and the Politics of Impeachment”. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 4, out. 2013, pp. 110-23; Aníbal Pérez-Liñán, *Presidential*

Impeachment and the New Political Instability in Latin America. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2007; Aníbal Pérez-Liñán, “Impeachment or Backsliding? Threats to Democracy in the Twenty-First Century”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, 2018; David J. Samuels; Matthew S. Shugart, *Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2010.

11. O risco relativamente baixo de impeachments do “tipo I” é similar ao risco relativamente baixo de falso positivos no diagnóstico da Covid-19. Vigilância excessiva raramente prejudica um sistema tanto quanto vigilância insuficiente. Amy Erica Smith, “When It Comes to Impeachment, False Negatives Are More Dangerous for Democracy than False Positives”. Blog *Mischiefs of Faction*, 31 jan. 2020.

12. Mollie J. Cohen; Amy Erica Smith; Mason Moseley; Matthew L. Layton, “Winner’s Consent? Citizen Commitment to Democracy When Illiberal Candidates Win Elections”. Manuscrito, 2020. Não publicado.

13. Amy Erica Smith, *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2019.

14. Wendy Hunter; Timothy J. Power, “Bolsonaro and Brazil’s Illiberal Backlash”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, jan. 2019, pp. 68-82; Matthew Layton; Amy Erica Smith; Mason Moseley; Mollie Cohen, “Demographic Polarization and the Rise of the Far Right: Brazil’s 2018 Presidential Election”. Manuscrito, 2020. Não publicado; Lucio R. Rennó, “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections”. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 3, 2020, pp. 1-23.

15. Gedeon Freire de Alencar, “Jair Messias Bolsonaro: O ‘Eleito’ de Deus?”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 2020; Smith, op. cit.

16. José Eustáquio Diniz Alves, “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro”. Blog *EcoDebate*, 31 out. 2018. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>.

17. Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018. [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.]

18. Cohen et al., op. cit.

19. Levitsky; Ziblatt, op. cit. Aqui me afasto de Levitsky e Ziblatt, que colocam as elites políticas no centro de sua análise.

20. David E. Pozen; Kim Lane Scheppele, “Executive Underreach, in Pandemics and Otherwise”. *American Journal of International Law*, v. 114, n. 4, out. 2020. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=3649816>>.

21. Javier Corrales; Phillip Corbo, “Testing Democracies for the Virus: The Experience from the Americas, First Round”. Blog PEX, 22 jul. 2020. Disponível em: <<https://pex-network.com/2020/07/22/testing-democracies-for-the-virus-the-experience-from-the-americas-first-round/>>.

22. Sarah E. Parkinson, “Acting ‘As If’ During Pandemic: Information and Authoritarian Practice in White House”. Blog *Items - Insights from the Social Sciences*, 25 jun. 2020. Disponível em: <<https://items.ssrc.org/covid-19-and-the-social-sciences/democracy-and-pandemics/acting-as-if-during-pandemic-information-and-authoritarian-practice-in-white-house>>.

23. Mônica Bergamo, “Máscara é ‘coisa de viado,’ dizia Bolsonaro na frente de visitas”. *Folha de S. Paulo*, 7 July 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>.

24. Guilherme Henrique, “‘Bolsonaro se comporta como oposição ao próprio governo’”. *Nexo Jornal*, 6 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/06/%E2%80%98Bolsonaro-se-comporta-como-oposi%C3%A7%C3%A3o-ao-pr%C3%B3prio-governo%E2%80%99>>.

25. Juan J. Linz, “The Perils of Presidentialism”. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, inverno 1990, pp. 51-69.

26. Thomas Charles Bruneau; Scott D. Tollefson, “Civil-Military Relations in Brazil: A Reassessment”. *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 2, 2014, pp. 107-38; Wendy Hunter, *Eroding Military Influence in Brazil: Politicians Against Soldiers*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.

27. Monica Gugliano, “Vou intervir! O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo”. *piuí*, ago. 2020. Disponível em: <<https://piauifolha.uol.com.br/materia/vou-intervir>>.

28. Gugliano, op. cit.

29. Ver Guilherme Amado, “Análise: Como Rodrigo Maia ajuda e apoia o governo Bolsonaro”. *Época*, 7 ago. 2020. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/analise-como-rodri-go-maia-ajuda-apoia-governo-bolsonaro-1-24571501>>.

30. Caio Barretto Briso; Tom Phillips, “Brazil Gangs Impose Strict Curfews to Slow Coronavirus Spread”. *Guardian*, 25 mar. 2020. Disponível em: <www.theguardian.com/world/2020/mar/25/brazil-rio-gangs-coronavirus>; Eduardo Campos Lima, “Brazilian Church ‘on the Vanguard’ of Fight against COVID-19 in São Paulo”. Blog *Crux*, 18 maio 2020. Disponível em: <<https://cruxnow.com/church-in-the-americas/2020/05/brazilian-church-on-the-vanguard-of-fight-against-covid-19-in-sao-paulo>>; Marina Lopes, “Brazil’s Favelas, Neglected by the Government, Organize Their Own Coronavirus Fight”. *Washington Post*, 10 jun. 2020; Rebecca Tarlau, “Activist Farmers in Brazil Feed the Hungry and Aid the Sick as President Downplays Coronavirus Crisis”. Blog *Conversation*, 5 maio 2020. Disponível em: <<http://theconversation.com/activist-farmers-in-brazil-feed-the-hungry-and-aid-the-sick-as-president-downplays-coronavirus-crisis-136914>>.

31. Carole Pateman, *Participation and Democratic Theory*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1970.

32. Nick Paton Walsh et al., “Inside Brazil’s Cult of Hydroxychloroquine”. CNN, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/07/29/americas/brazil-hydroxychloroquine-coronavirus-intl/index.html>>.

33. Joelmir Tavares, “Não se trata de política, mas de humanidade, diz Felipe Neto sobre campanhas de ódio”. *Folha de S. Paulo*, 7 ago. 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/nao-se-trata-de-politica-mas-de-humanidade-diz-felipe-neto-sobre-campanhas-de-odio.shtml>.

34. Igor Carvalho, “Nos bastidores, bispos se articulam para criar uma frente anti-Bolsonaro na CNBB”. *Diálogos do Sul*, 16 jul. 2020. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/permalink/65734>>; “Após carta contra Bolsonaro, Olavo chama bispos da CNBB de ‘comunistas’ e ‘satanistas’”. *Revista Fórum*, 31 jul. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/apos-carta-contra-bolsonaro-olavo-chama-bispos-da-cnbb-de-comunistas-e-satanistas>>.

35. Amy Erica Smith, “Bolsonaro’s Evangelical Support Is Falling. Why?”. *Americas Quarterly*, 10 abr. 2019. Disponível em: <www.americasquarterly.org/article/bolsonaros-evangelical-support-is-falling-why>.

36. Tabata Amaral, “Família Bolsonaro acima de todos”. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2020/07/familia-bolsonaro-acima-de-todos.shtml>; Parkinson, op. cit.

37. Wendy Hunter; Timothy J. Power, “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n. 1, 2007, pp. 1-30; Cesar Zucco, “When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002–10”. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, out. 2013, pp. 810-22.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>